

# Evolução da Ocupação e do Rendimento das Pessoas no Meio Rural do Paraná no Período 2001-2009

## *Evolution of Occupation and Income of People in the Rural Area of Paraná in the Period 2001-2009*

## *Evolución de la Ocupación y del Ingreso de las Personas en el Medio Rural de Paraná en el Periodo 2001-2009*

---

Antonio Carlos Laurenti\*

---

### RESUMO

*Este artigo apresenta os principais resultados de pesquisa sobre ocupação e rendimento das pessoas na nova ruralidade paranaense, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período de 2001 a 2009. Constata-se a persistência da redução da população rural, pois o crescimento da população rural ocupada em atividade comercial não agrícola foi insuficiente para compensar o decréscimo da população rural ocupada na agricultura mercantil. Nesse período, a população rural paranaense passou a dispor de estabilidade do poder aquisitivo e menor desigualdade no acesso à renda, juntamente com a redução da pobreza e do emprego informal. A continuação dessas tendências conduzirá ao predomínio das atividades não agrícolas na dinâmica da ocupação e da renda da população rural paranaense, havendo assim necessidade de mudar as iniciativas de desenvolvimento rural. O desenho desse reajuste, conforme sugerido pela análise da população rural ocupada do Paraná e São Paulo, deve ser feito considerando-se as peculiaridades locais. A redução da população rural ocupada na agricultura requer ainda um exame mais pormenorizado, notadamente devido à desigual incidência do processo de modernização quanto à escala de produção, tipo de produto e de trabalho agrário, entre outros. Esse entendimento é particularmente relevante para o Estado do Paraná, que, juntamente com a modernização da agricultura, vem mostrando expressiva terceirização da execução dos trabalhos agrários e produzindo abundantes colheitas.*

*Palavras-chave: Índice de Gini. Ocupação rural não agrícola. Nova ruralidade. Pobreza rural.*

### ABSTRACT

*This article presents the main results of research on occupation and income of people in the new rurality of Paraná, Brazil, based on the National Household Sample Survey (PNAD), from 2001 to 2009. Results showed a steady reduction of the rural population as the growth of the rural population that conducts non-agricultural activities did not compensate the reduction of rural populations that conduct agricultural activities. During the study period,*

---

\* Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil. Pesquisador Voluntário no Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: laurenti.ac@hotmail.com

Artigo recebido em setembro/2012 e aceito para publicação em janeiro/2013.

*the rural population of Paraná achieved purchasing power stability and lower inequality in access to income, as well as a reduction in poverty and informal employment. A continuation of these trends will lead to the predominance of non-agricultural activities in the dynamics of occupation and income of the rural population of Paraná, resulting in the need to change rural development initiatives. The design of this adjustment, as suggested by analysis of the active rural populations of Paraná and São Paulo, should be based on local peculiarities. The reduction of rural populations engaged in agriculture requires a more detailed examination, especially due to the uneven impact of the modernization process determined by factors such as production scale, product type and agricultural work, among others. This understanding is particularly relevant for the state of Paraná, that, along with the modernization of agriculture, has been substantially outsourcing agricultural tasks and producing abundant harvests.*

*Keywords: Gini Index. Non-agricultural rural occupation. New rurality. Rural poverty.*

## RESUMEN

*Este artículo presenta los principales resultados de la investigación sobre la ocupación y el ingreso de las personas en la nueva ruralidad de Paraná, basada en la Encuesta Nacional por Muestreo de Hogares (ENMH), de 2001 a 2009. Se verificó la disminución de la población rural, ya que el crecimiento de la población rural ocupada en la actividad no agrícola no compensó la disminución de la población rural ocupada en la agricultura. Durante este período, la población rural de Paraná tenía la estabilidad del poder adquisitivo y una menor desigualdad en el acceso a los ingresos, junto con la reducción de la pobreza y el empleo informal. A continuación de estas tendencias conducen al predominio de las actividades no agrícolas en la dinámica de ocupación y de ingresos de la población rural de Paraná, por lo que es necesario cambiar las iniciativas de desarrollo rural. Este cambio, según lo sugerido por el análisis de las personas empleadas en las zonas rurales del Paraná y São Paulo, debe diseñarse teniendo en cuenta las peculiaridades locales. La reducción de la población rural dedicada a la agricultura aún requiere un examen más detallado, sobre todo debido a los efectos desiguales de la modernización de la agricultura según la escala de producción, el tipo de producto y del trabajo agrícola, entre otros. Esta comprensión es relevante para el estado de Paraná, donde la modernización de la agricultura ha promovido una significativa externalización de la ejecución de las faenas agrícolas y producción de cosechas abundantes.*

*Palabras clave: Índice de Gini. Ocupación rural no agrícola. Nueva ruralidad. Pobreza rural.*

## INTRODUÇÃO

A investigação da ocupação e do rendimento da população economicamente ativa (PEA), residente na zona rural do Estado do Paraná, teve início no Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) em 1997, quando a equipe da Área de Socioeconomia dessa instituição vinculou-se à rede do Projeto Rurbano (SILVA, 2001), organizada pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tal projeto foi elaborado com a finalidade de averiguar as tendências da PEA da área rural do território brasileiro a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A interpretação dos resultados do Projeto Rurbano possibilitou evidenciar que o persistente declínio do pessoal ocupado na agricultura mercantil já não vinha causando diminuição da população rural brasileira. Evidenciou também uma crescente diversificação ocupacional da PEA rural ocupada, principalmente em função da expansão do pessoal ocupado em atividade não agrícola, a qual ensejou uma nova e mais abrangente abordagem socioeconômica do mundo rural brasileiro.

O “novo rural” brasileiro, conforme José Graziano da Silva, é composto por três grandes “subsetores” econômicos:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias;
- b) um conjunto de novas atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- c) um conjunto de ‘novas’ atividades agropecuárias, localizadas em ‘nichos’ específicos de mercado (LAURENTI, 2000a, p.1).

A averiguação efetuada por Laurenti e Del Grossi (2008) evidenciou a continuidade dessas tendências no período de 2001 a 2006. Mais recentemente, também se verificou que o perfil diversificado da nova ruralidade tem se revelado mais nítido no âmbito do rendimento das pessoas (LAURENTI, 2010). Nessa última investigação também constatou-se que, além da composição ocupacional mais heterogênea, o “novo rural” brasileiro vem se caracterizando pela estabilidade do poder aquisitivo, pela redução na desigualdade do acesso ao rendimento e pelo acréscimo do rendimento das pessoas mais pobres.

Diferentemente da União como um todo, no Estado do Paraná a redução na PEA rural ocupada tem resultado na diminuição da população rural, principalmente pelo fato de a expansão do conjunto da PEA ocupada em atividade comercial não agrícola ter sido insuficiente para compensar toda a redução do pessoal ocupado na agricultura mercantil. Essa Unidade da Federação (UF) também tem se diferenciado pela acentuada redução da população rural relativamente mais pobre.

As estimativas feitas para o Paraná sinalizam que em meados da presente década deverá ocorrer a equivalência numérica entre o pessoal ocupado na agricultura mercantil e a população ocupada em atividade comercial não agrícola nessa UF, reconhecida como o “celeiro” do Brasil.

Embora os resultados obtidos no Projeto Rurbano já facultem a proposição de uma agenda mais eclética de iniciativas de desenvolvimento rural, uma atualização da caracterização da nova ruralidade brasileira, como proposta neste estudo, mostra-se oportuna, tanto em função da recente divulgação da série de microdados reponderados da PNAD de 2001 a 2007, como pela disponibilidade dos microdados de 2008 e 2009. Dispõe-se portanto de uma série mais longa e acurada de dados, os quais propiciam uma investigação mais qualificada.

Além disso, a caracterização do crônico declínio do pessoal ocupado na agricultura mercantil paranaense também requer uma descrição mais pormenorizada, notadamente para subsidiar tanto o delineamento como a avaliação de políticas públicas dirigidas ao meio rural. Ilustra isso o fato de que o atual intento de se obter novas fontes de energia oriunda da biomassa pode vir a ter seu desempenho regulado pela oferta de força de trabalho humana.

O objetivo deste artigo é mostrar uma descrição atualizada das variações na magnitude e no rendimento da PEA rural ocupada e, em específico, apresentar a evolução das variações do pessoal ocupado na agricultura tendo como referência a posição na ocupação. Isto à guisa de atender, ainda que parcialmente, ao detalhamento da caracterização de como se tem distribuído a diminuição do pessoal com ocupação agrícola na nova ruralidade paranaense.

Nesses termos, apontam-se, na primeira parte, as principais hipóteses de trabalho e alguns conceitos e procedimentos metodológicos que vêm sendo empregados na especificação das tendências em pauta, bem como os indicadores utilizados para a descrição da evolução do rendimento das pessoas, com base nos microdados das PNADs do período de 2001 a 2009 do Estado do Paraná. Na segunda e terceira partes, são mostrados os principais resultados cuja descrição se fundamenta na suposição de reprodução das tendências anteriormente observadas. Ou melhor, na continuidade da redução da importância relativa da agropecuária como fonte de postos de trabalho e de rendimento da população rural. Na quarta e quinta seções apresenta-se uma descrição da variação do rendimento médio e da desigualdade do acesso ao rendimento, com foco na parcela da população relativamente mais pobre. Na sequência têm-se os resultados relativos à evolução da PEA rural ocupada quanto à posição na ocupação. Finaliza a apresentação dos resultados um breve cenário tendência tendo como base a evolução da PEA ocupada (rural e urbana) do Estado do Paraná e de São Paulo.

Na conclusão, têm-se as principais constatações relativas à tendência de consolidação do novo rural paranaense, como maneira de reafirmar a atual pertinência da mobilização de um conjunto eclético de ações para o desenvolvimento local, conforme sugerido por Campanhola e Silva (2005). A principal intenção, nesta parte, é realçar a necessidade de novas ações relacionadas com a pormenorização da descrição do persistente declínio do pessoal ocupado na

agricultura mercantil paranaense.<sup>1</sup> Isto, tendo-se como referência a desigual incidência do processo de modernização da base técnica de produção e o interesse de subsidiar de forma mais segura o delineamento de ações público-privadas destinadas ao desenvolvimento do meio rural do Paraná.

## 1 HIPÓTESES, CONCEITOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta averiguação está fundamentada na suposição de que persiste, no período de 2001 a 2009, a grande maioria das tendências anteriormente observadas, particularmente a de redução da população rural e da população rural de 10 anos ou mais de idade e gradativa perda da predominância da agricultura na dinâmica da ocupação e rendimento na área rural paranaense. Basicamente, espera-se a reincidência do declínio do pessoal ocupado na agropecuária e de expansão do pessoal com ocupação não agrícola (DEL GROSSI; SILVA, 2006) ou, mais especificamente, que a diminuição da população rural paranaense vem sendo decorrente da redução do pessoal ocupado na agricultura mercantil.

No plano do rendimento a hipótese geral é de reafirmar a descrição da nova conformação econômica da população residente no meio rural paranaense, à semelhança do que se tem observado no contexto da ocupação das pessoas, isto é, no escopo do rendimento também se verifica uma nova composição determinada pelo avanço da participação das atividades não agrícolas. Em termos específicos, a suposição é de que na população rural paranaense também se observe o aumento no rendimento e a redução na desigualdade do acesso à renda, no período de 2001 a 2009.

Por fim, as tendências especificadas poderão não se reproduzir integralmente, especialmente quanto à magnitude da taxa média anual de variação. Conforme suposto, são maiores as chances de discrepâncias em função de novos eventos ou contextos, associados à vigência de políticas públicas de grande abrangência geográfica.<sup>2</sup>

Para caracterizar as variações na magnitude e no rendimento dos principais agrupamentos da população rural paranaense no período 2001-2009, foram adotados os mesmos conceitos, procedimentos metodológicos e hipóteses empregados pelo autor na avaliação realizada para o período 2001-2006 (DEL GROSSI, 1999; LAURENTI; DEL GROSSI, 2008).<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Com relação à redução do pessoal ocupado na agricultura paranaense, especialmente nas regiões não metropolitanas, consultar Silva (2008).

<sup>2</sup> Desde o início de 2003 as famílias domiciliadas na região semiárida do Nordeste e em situação de extrema pobreza passaram a contar com uma ação de transferência de renda da União denominada Programa Cartão Alimentação (PCA), que posteriormente foi incorporado ao atual Bolsa Família (BALSADI, O.V.; DEL GROSSI, M.E.; TAKAGI, M.O., 2004). Também ilustra especificidade regional o fato de que na Região Nordeste o total de tomadores do PRONAF superou um milhão de indivíduos (FAVARETO; ABRAMOVAY, 2009). Para uma ampla abordagem sobre o PRONAF, consultar Mattei (2006).

<sup>3</sup> Abordagens didáticas acerca dos procedimentos e testes estatísticos aqui utilizados são encontradas em Neder (2000) e Hoffmann (2000).

A população economicamente ativa será considerada tanto na atual concepção do trabalho principal, conforme a PEA usual ou ampliada, quanto na definição vigente na PNAD até 1992, aqui designada de PEA restrita (PEAr). Essa PEAR corresponde, *grosso modo*, ao pessoal ocupado em atividades comerciais. Assim, PEAR rural com ocupação agrícola corresponde ao pessoal ocupado na agricultura mercantil, e PEAR rural ocupada em atividade comercial não agrícola corresponde à PEA rural com ocupação fora da agricultura.

Trabalhos anteriores que tratam da área objeto de estudo, a saber, o Estado do Paraná, indicam que o declínio<sup>4</sup> da população rural pode ser atribuído, ao menos em parte, à contínua difusão de inovações na base técnica de produção e na organização do empreendimento agrícola (LAURENTI, 2000b), à semelhança do que vem ocorrendo na maioria das áreas rurais agrícolas do Brasil.

No âmbito do rendimento será considerado, basicamente, o rendimento declarado e registrado da população de 10 anos ou mais de idade relativo ao rendimento mensal de todas as fontes. Tais estimativas foram efetuadas para os respectivos subgrupos de pessoas definidos para a verificação das tendências no contexto da composição ocupacional. O mesmo modelo de regressão foi aplicado na descrição das variações dos subgrupos quanto à ocupação das pessoas.

Reaplicou-se o referido modelo de regressão considerando-se o rendimento familiar *per capita* (*rfpc*), conforme expressão (1) a seguir, com a finalidade de avaliar a evolução do rendimento médio e da desigualdade na distribuição do rendimento, bem como para aferir a participação relativa da população relativamente mais pobre.

$$rfpc = \frac{rf}{n} \quad (1)$$

sendo:

*rfpc* = rendimento mensal familiar *per capita*;

*rf* = rendimento mensal de todas as fontes da pessoa com dez anos ou mais de idade da família extensa (v4722 no dicionário de variáveis da PNAD), sendo  $rf > 0$ ;

*n* = número de pessoas da família extensa (v4724 no dicionário de variáveis da PNAD).

Essa avaliação foi feita para sete faixas de salário mínimo (SM), conforme segue: de mais de zero até ¼ de SM; de mais de ¼ até ½ SM; de mais de ½ até 1 SM; de mais de 1 até 2 SM; de mais de 2 até 3 SM; de mais de 3 até 5 SM; e de mais de 5 SM.

A definição de família extensa corresponde àquela apresentada por Silva e Del Grossi (2000), que abrange os integrantes do núcleo familiar básico e respectivo parente, acrescido do *agregado* (coabitantes do domicílio que não é parente da família e que não paga hospedagem ou alimentação). Ou seja, equivale à especificação

---

<sup>4</sup> Sobre a evolução da população rural paranaense na última década de 1990 e sua projeção para o ano de 2010, consultar Oficina de Atualização Temática (2000).

da composição da *família I* relativa às variáveis v4722 e v4724 presente nos dicionários de variáveis da PNAD de 2001 e 2002.

Desde 2003, a *família I* passou a ser referida como o conjunto de moradores da unidade domiciliar após exclusão das pessoas relacionadas à família, como empregado doméstico, pensionista ou parente de empregado doméstico ou de pensionista.

A sintaxe para processamento computacional das estimativas do índice de Gini tem como referência a formulação (2), abaixo (HOFFMAN, 1980, p.276):

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\Phi_{i-1} + \Phi_i) \quad (2)$$

sendo:

$G$  = índice de Gini;

$n$  = total das pessoas da família extensa com rendimento familiar *per capita*;

$\Phi$  = proporção acumulada do rendimento das pessoas da  $i$  – *ésima* família extensa com rendimento familiar *per capita*.

## 2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO PARANÁ

A evolução da população rural do Estado do Paraná, no período 2001-2009 (tabela 1), em termos gerais esteve consoante com a suposição efetuada acerca da dinâmica desse grupo populacional, de redução da população rural e da população rural de dez anos ou mais de idade.

Notadamente, pelo fato de que apresentou redução absoluta do tamanho dessa população à taxa média de 0,9% ao ano. Ou seja, as estimativas efetuadas com base nos microdados reponderados da PNAD e a inclusão dos microdados da PNAD de 2009 reafirmaram a característica de contínua diminuição da população rural que essa UF vem apresentando.

A população rural paranaense decresceu em termos absolutos, ainda que a população rural com dez anos ou mais de idade tenha apresentado uma diminuição pouco consistente, conforme indicado pela magnitude da taxa média anual de variação de -0,4% e pelo nível de significância do teste  $t$  de 20%. Isto é, a demografia da área rural paranaense vem se mantendo diferenciada do restante do País, pela continuidade do esvaziamento populacional do meio rural (apresentando, inclusive, decréscimo consecutivo desde 2004), fenômeno possivelmente relacionado à manutenção da ampla modernização da base técnica de produção agrícola.

A população rural paranaense em 2009 situou-se em torno de 1,6 milhão de habitantes, indicando uma redução de 153 mil habitantes em relação a 2001. Esse declínio populacional adveio, em primeiro lugar, da diminuição da população infantil correspondente a 83 mil crianças e, secundariamente, da redução de quase 70 mil pessoas com dez anos ou mais de idade. No mesmo período, houve, em termos absolutos, uma redução de 128 mil pessoas integrantes da PEA e uma expansão de aproximadamente 59 mil pessoas não economicamente ativas.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL PARANAENSE SEGUNDO A CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL, E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO - 2001-2009

ITEM	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL (milhares de pessoas)										TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO <sup>(1)</sup> (%)	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE $t_{t}$ (%)
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009			
	TOTAL	1.744	1.679	1.619	1.681	1.670	1.622	1.618	1.609	1.591		
Com 10 anos ou mais de idade	1.420	1.369	1.326	1.384	1.377	1.344	1.352	1.347	1.350	1.350	-0,4	20
Economicamente ativa ampliada <sup>(2)</sup>	1.059	1.022	1.026	1.021	1.032	1.022	979	970	931	931	-1,3	5
Sem declaração (a)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ocupada (b)	1.037	999	1.010	991	1.011	999	957	952	901	901	-1,3	5
Grupamento não agrícola	207	232	216	237	258	264	256	295	282	282	4,1	5
Grupamento agrícola	830	767	794	754	753	734	701	656	619	619	-3,1	5
Não remunerada (d)	33	31	34	39	37	30	56	37	29	29	1,3	-
Não agrícola	2	1	1	1	1	3	5	0	2	2	-	-
Agrícola	31	31	34	38	36	27	51	37	27	27	0,7	-
Próprio uso ou consumo (e)	117	107	120	107	140	147	131	132	118	118	2,0	20
Autoconstrução <sup>(3)</sup>	2	1	1	0	1	1	2	0	1	1	-6,9	-
Autoconsumo <sup>(4)</sup>	115	105	119	107	139	146	129	132	118	118	2,1	20
Economicamente ativa restrita <sup>(5)</sup> (f)	909	884	872	875	856	845	792	801	783	783	-1,9	5
Ocupada restrita (g)	887	862	856	845	834	822	770	782	754	754	-2,0	5
Não agrícola	203	231	215	236	256	261	249	294	280	280	4,1	5
Agrícola	684	631	641	609	578	561	521	488	474	474	-4,5	5
Não ocupada <sup>(6)</sup> (c)	22	23	16	30	22	23	22	18	30	30	1,7	-
Não economicamente ativa	361	347	301	363	344	322	373	377	420	420	2,0	20

FONTE: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2007, acrescidos dos anos de 2008 e 2009

NOTA: Elaboração da ASE/IAPAR.

(1) Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log - linear contra o tempo. Neste caso, o teste  $t$  revela a existência ou não de uma tendência nos dados, indicados pelo nível de significância do teste  $t$  (5%, 10% e 20%, conforme apresentado na tabela).

(2) Relativo à contagem da PEA atualmente em uso e corresponde a  $a + b + c$ .

(3) Total de pessoas ocupadas ao menos uma hora por semana na construção de estrada privada, poço ou outra benfeitoria (exceto reforma) para seu uso, ou para uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

(4) Total de pessoas ocupadas ao menos uma hora por semana na agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou piscicultura para sua alimentação, ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

(5) Enumeração da PEA excluindo-se o pessoal ocupado ao menos uma hora por semana, no trabalho principal ou secundário, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o pessoal ocupado sem remuneração em dinheiro, produto ou serviço e com carga horária semanal inferior a quinze horas. Abrange, grosso modo, o pessoal ocupado em atividade comercial ou a PEA restrita. Na população rural, a PEA restrita (f) equivale a  $g + c$ , pelo que a PEA rural ampliada equivale a  $a + d + e + f$  ou, mais apropriadamente, a  $a + d + e + g + c$ .

(6) Total de pessoas desocupadas que procuraram emprego no período de referência.



Tal diferença ao final do período em foco seria seguramente maior caso a redução do grupamento das pessoas ocupadas na agricultura, ao redor de 211 mil, não fosse em parte compensada pelo aumento no grupamento de pessoas com ocupação não agrícola, cujo montante foi próximo de 75 mil habitantes. Isso corrobora a hipótese de que nesta UF a expansão da PEA rural não agrícola foi insuficiente para compensar a redução da PEA rural agrícola, principalmente pela redução da PEA rural ocupada na agricultura mercantil. Neste contexto, o espaço rural paranaense, ainda que de modo relativamente mais suave, continua perdendo importância como *locus* de trabalho e de moradia.

O processo de gradativa redução do predomínio da agricultura na ocupação dos habitantes do meio rural paranaense não se desfaz nem mesmo quando se considera o atual conceito de PEA. Isto porque também foi decrescente a quantidade de pessoas integrantes do grupamento agrícola, que pelo atual conceito de PEA também inclui a pessoa ocupada na produção para o próprio consumo e parcela dos trabalhadores não remunerados e ocupados na agricultura (ver tabela 1). O subgrupo das pessoas ocupadas na produção para o próprio consumo experimentou uma elevação na sua participação relativa, tanto pelo seu crescimento absoluto como pela redução do pessoal ocupado na agricultura mercantil.

Os valores estimados das taxas de variação implicam a extensão dos prazos previstos dos prognósticos estipulados para a expectativa de equivalência populacional entre a PEAR rural ocupada na agricultura e a PEAR rural com ocupação não agrícola. Caso a taxa de crescimento do período de 2001 a 2009 se mantenha, tal equivalência deverá ocorrer em meados da corrente década (i.e., pelo ano de 2015).

A expansão da PEA rural com ocupação não agrícola vem, concomitantemente, arrefecendo o domínio da agricultura e intensificando a diferenciação na composição ocupacional da população rural. Todavia, tal domínio da agricultura na dinâmica ocupacional ainda persiste, pois em 2009 essa atividade participava com 60% no total da PEA rural ocupada e com 58% na PEA rural paranaense ocupada em atividades comerciais.

Em síntese, embora o avanço da população rural engajada em ocupação não agrícola tenha sido insuficiente para compensar plenamente a diminuição do pessoal ocupado na agricultura mercantil, tem prosseguido o processo de diversificação ocupacional no meio rural paranaense. Isto indica que no período em foco a conformação do novo rural teve sequência no Estado do Paraná, resultado que se verifica quer se utilize o conceito de PEA restrita ou o de PEA ampliada.

### 3 EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL NO PARANÁ

No período de 2001 a 2009, o rendimento da população residente no meio rural paranaense cresceu consistentemente a uma taxa média anual de 4,2% ao ano (tabela 2). Tal crescimento incidiu com intensidade variada na quase totalidade dos

subgrupos populacionais, com destaque para o crescimento em ritmo acelerado do rendimento do pessoal cujo trabalho principal é a produção para o próprio consumo.<sup>5</sup>

O rápido crescimento desse último subgrupo populacional, porém, não refreou significativamente o decréscimo do predomínio da agricultura no meio rural paranaense. Isto porque o acentuado acréscimo do rendimento absoluto das pessoas com ocupação comercial não agrícola foi quase três vezes mais rápido que aquele apresentado pelo rendimento do pessoal ocupado na agricultura mercantil (6,0% e 1,9% ao ano, respectivamente).

A expansão em ritmo mais acelerado do rendimento da PEA rural com ocupação não agrícola, comparativamente ao da PEA com ocupação agrícola, conduz ao arrefecimento do domínio da agricultura no meio rural paranaense. Contudo, esse setor de atividade econômica tem se mantido majoritário no âmbito do rendimento das pessoas domiciliadas na área rural paranaense.

Enfim, no Estado do Paraná a conformação do “novo rural” também se denota pelo fato de que a expansão do rendimento das pessoas com ocupação comercial não agrícola vem ocorrendo em ritmo mais acelerado que o da agricultura mercantil. Essa nova ruralidade revelou-se mais nítida no âmbito do rendimento, em que participou com 42% do total, comparativamente ao contexto da ocupação, onde participou com 37% da PEA restrita rural, considerando os dados de 2009.

#### 4 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NO ACESSO AO RENDIMENTO E DO PODER AQUISITIVO DAS PESSOAS DA FAMÍLIA EXTENSA PARANAENSE

Tendo-se como referência o grupo das pessoas da família extensa com rendimento familiar *per capita*, observa-se que a nova ruralidade paranaense tem mostrado uma melhoria no seu perfil socioeconômico. Primeiramente devido à tendência de redução da desigualdade no acesso ao rendimento, expressa pela variação declinante do índice de Gini (tabela 3). Ressalta-se, contudo, que a desigualdade se mostrou estacionária nos subgrupos populacionais mais pobres (com rendimento mensal familiar *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  SM). Segundo, pelo acentuado crescimento do poder aquisitivo da população pobre, expresso na taxa média anual de 6,4% do rendimento médio, num contexto de estabilidade do rendimento médio da população das pessoas da família extensa com rendimento familiar *per capita* paranaense.

A melhora socioeconômica da nova ruralidade paranaense torna-se mais perceptível pelo fato de que o total do rendimento das pessoas da família extensa com rendimento familiar *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  SM cresceu de modo acelerado e consistente (à taxa média anual de 5,9%), ainda que tenha se mantido estável na população com rendimento abaixo da linha de indigência (rendimento familiar *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  SM) - tabela 4.

---

<sup>5</sup> Conforme Bazotti, Nazareno e Cintra (2009), as famílias agrícolas com produção para o próprio consumo apresentam uma estrutura envelhecida, feminina, dependente de renda previdenciária e que se caracteriza principalmente pela produção de hortaliças.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DE TODAS AS FONTES DA POPULAÇÃO RURAL PARANAENSE COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E COM RENDIMENTO, SEGUNDO A CONDIÇÃO NA OCUPAÇÃO E O SETOR DE ATIVIDADE PRINCIPAL, E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO - 2001-2009

ITEM	EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL (R\$ milhões) <sup>(1)</sup>										TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO <sup>(2)</sup> (%)	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE <sup>(2)</sup> t (%)
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009			
Com 10 anos ou mais de idade	529	499	580	551	522	602	704	687	687	687	4,2	5
Economicamente ativa ampliada <sup>(3)</sup>	492	459	532	511	482	554	648	631	593	593	3,7	5
Ocupada (a)	491	458	531	509	482	553	648	631	592	592	3,7	5
Não agrícola (b)	154	136	178	156	146	194	197	215	235	235	6,0	5
Agrícola (c)	337	323	353	353	336	359	451	416	357	357	2,5	10
Não remunerada (e)	1	0	1	2	1	1	4	3	1	1	16,3	20
Não agrícola	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Agrícola	1	0	1	2	1	1	3	3	1	1	15,6	20
Próprio uso ou consumo (f)	14	15	17	19	32	30	28	30	28	28	11,7	5
Autoconstru�o <sup>(4)</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
Autoconsumo <sup>(5)</sup>	14	14	16	19	32	30	28	30	28	28	11,8	5
Economicamente ativa restrita <sup>(6)</sup> (g)	477	444	514	490	449	523	616	598	563	563	3,4	5
Ocupada restrita (h)	476	443	513	488	449	522	616	598	562	562	3,4	5
Não agrícola	154	136	178	156	146	194	196	215	235	235	6,0	5
Agrícola	322	308	335	332	303	328	420	383	327	327	1,9	20
Não ocupada <sup>(7)</sup> (d)	0	0	1	3	0	0	1	0	1	1	0,0	-
Não economicamente ativa	38	40	49	40	40	48	55	55	95	95	8,8	5

FONTE: FIBCE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2007, acrescidos dos anos de 2008 e 2009

NOTA: Elabora o da ASE/IAPAR.

(1) Valores atualizados com base no INPC de setembro de 2009.

(2) Corresponde   estimativa do coeficiente de uma regressão log - linear contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados, indicados pelo nível de significância do teste t (5%, 10% e 20%, conforme apresentado na tabela).

(3) Relativo   contagem da PEA atualmente em uso e corresponde a  $a + d$ .

(4) Total de pessoas ocupadas ao menos uma hora por semana na constru o de estrada privativa, poço ou outra benef cioria (exceto reforma) para seu uso, ou para uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

(5) Total de pessoas ocupadas ao menos uma hora por semana na agricultura, silvicultura, pecuária, extra o vegetal ou piscicultura para sua alimenta o, ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

(6) Enumera o da PEA excluindo-se o pessoal ocupado ao menos uma hora por semana, no trabalho principal ou secundário, em atividades de autoconsumo ou autoconstru o e o pessoal ocupado sem remunera o em dinheiro, produto ou serviço e com carga horária semanal inferior a quinze horas. Abrange, *grasso modo*, o pessoal ocupado em atividade comercial ou a PEA restrita. Na popula o rural a PEA restrita equivale a  $d + h$ , pelo que a PEA rural ampliada equivale a  $g + f + e$  ou, mais apropriadamente, a  $d + e + f + h$ .

(7) Total de pessoas desocupadas que procuraram emprego no período de referência.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DO ACESSO AO RENDIMENTO E DO RENDIMENTO MÉDIO DA PESSOA DA FAMÍLIA EXTENSA<sup>(1)</sup> PARANAENSE RESIDENTE NA ÁREA RURAL E COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA, TOTAL E DA POPULAÇÃO POBRE, E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO - 2001-2009

FAIXA DE SM	ÍNDICE DE GINI										TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO <sup>(2)</sup> (%)	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE $t_{2t}$ (%)
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009			
	TOTAL	0,600	0,567	0,529	0,493	0,433	0,454	0,530	0,461	0,426		
Até 1/4	0,214	0,221	0,182	0,230	0,181	0,197	0,204	0,218	0,191	-0,7	-	
1/4  --- 1/2	0,111	0,119	0,108	0,099	0,114	0,107	0,115	0,110	0,099	-0,9	-	
Até 1/2	0,264	0,269	0,214	0,231	0,212	0,234	0,225	0,210	0,212	-2,5	5	
FAIXA DE SM	RENDIMENTO MÉDIO (R\$) <sup>(3)</sup>										TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO <sup>(2)</sup> (%)	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE $t_{2t}$ (%)
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009			
	TOTAL	498	502	381	356	336	396	490	468	469		
Até 1/4	46	51	57	53	59	70	71	73	75	6,5	5	
1/4  --- 1/2	112	126	124	122	138	159	155	167	162	5,2	5	
Até 1/2	84	94	102	97	117	125	126	141	132	6,4	5	

FONTE: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2007, acrescidos dos anos de 2008 e 2009

NOTA: Elaboração da ASE/IAPAR.

(1) Corresponde ao conjunto dos integrantes do núcleo familiar básico mais a pessoa agregada, conforme especificação utilizada na PNAD.

(2) Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log - linear contra o tempo. Neste caso, o teste  $t$  revela a existência ou não de uma tendência nos dados, indicados pelo nível de significância do teste  $t$  (5%, 10% e 20%, conforme apresentado na tabela).

(3) Valores atualizados pelo INPC - IBCE de setembro de 2009.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO E DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO RENDIMENTO DAS PESSOAS DA FAMÍLIA EXTENSA<sup>(1)</sup> PARANAENSE COM RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA E COM DOMICÍLIO RURAL, SEGUNDO FAIXA DE SALÁRIO MÍNIMO (SM), E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO - 2001-2009

FAIXA DE SM	EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO (R\$ milhões)										TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO <sup>(2)</sup> (%)	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE <sup>(2)</sup> t (%)	
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009				
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009				
TOTAL	691	666	493	486	457	519	634	615	610			-0,3	-
Até ¼	8	8	8	8	8	13	11	9	9			2,4	-
¼  --- ½	27	27	38	35	49	47	46	51	37			6,7	5
Até ½	35	35	46	44	57	59	57	60	46			5,9	5
½  --- 1	82	92	98	111	107	116	112	142	143			6,7	5
1  --- 2	158	154	126	129	156	188	197	190	223			5,6	5
2  --- 3	76	81	63	66	60	65	62	78	78			-0,1	-
3  --- 5	80	103	51	64	45	30	58	62	58			-5,4	-
Maiores que 5	260	201	108	72	32	61	148	83	62			-12,4	20

FAIXA DE SM	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO RENDIMENTO (%)										TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO <sup>(2)</sup> (%)	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE <sup>(2)</sup> t (%)	
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009				
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009				
Até ¼	0,012	0,012	0,017	0,017	0,017	0,024	0,017	0,014	0,015			2,7	-
¼  --- ½	0,039	0,040	0,077	0,072	0,108	0,090	0,072	0,084	0,061			7,0	20
Até ½	0,051	0,052	0,094	0,090	0,125	0,114	0,089	0,098	0,075			6,2	20
½  --- 1	0,119	0,138	0,198	0,227	0,235	0,224	0,177	0,231	0,235			7,0	5
1  --- 2	0,229	0,231	0,255	0,266	0,341	0,362	0,311	0,309	0,366			5,9	5
2  --- 3	0,110	0,122	0,128	0,137	0,132	0,125	0,097	0,127	0,129			0,2	-
3  --- 5	0,116	0,155	0,104	0,133	0,098	0,058	0,091	0,101	0,095			-5,2	20
Maiores que 5	0,376	0,301	0,220	0,148	0,069	0,117	0,234	0,135	0,101			-12,2	10

FONTE: FIBCE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2007, acrescidos dos anos de 2008 e 2009

NOTA: Elaboração da ASE/IAPAR.

(1) Corresponde ao conjunto dos integrantes do núcleo familiar básico mais os agregados, conforme especificação utilizada na PNAD.

(2) Expressa em percentagem e correspondente à estimativa do coeficiente de uma regressão log - linear contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados, indicados pelo nível de significância do teste t (5%, 10% e 20%, conforme apresentado na tabela).

Esse expressivo acréscimo no total do rendimento das pessoas em situação de pobreza, juntamente com a estabilidade do rendimento do total da população das pessoas da família extensa (com indícios de redução), propiciaram a tendência de crescimento rápido e consistente da participação relativa da população em situação de pobreza no âmbito do rendimento. Também contribuiu para esse cenário, embora com variações mais esparsas, a redução da participação relativa do rendimento das pessoas com rendimento superior a 5 salários mínimos.

A estabilidade do tamanho da população em situação de pobreza e, em especial, a redução da magnitude da população em situação de extrema pobreza (tabela 5) reafirmam a citada melhoria no perfil socioeconômico das pessoas da família extensa paranaense. Ao final do período, a população extremamente pobre foi cerca de 34,1% menor que aquela existente em 2001.

Em suma, o “arrefecimento” da pobreza na atual ruralidade paranaense decorreu principalmente da redução absoluta da população extremamente pobre, bem como da estabilidade do rendimento do conjunto das pessoas da família extensa e com rendimento familiar *per capita*, resultando no incremento do poder de compra da remanescente população em situação de pobreza.

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PESSOAS DA FAMÍLIA EXTENSA<sup>(1)</sup> PARANAENSE RESIDENTE NA ÁREA RURAL E COM RENDIMENTO FAMILIAR *PER CAPITA*, SEGUNDO FAIXA DE SALÁRIO MÍNIMO (SM), E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO - 2001-2009

FAIXA DE SM <sup>(2)</sup>	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (milhões de pessoas)									TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO <sup>(3)</sup> (%)	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE <sup>(3)t</sup> (%)
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
TOTAL	1.387	1.326	1.293	1.365	1.361	1.311	1.294	1.315	1.300	-0,5	20
Até ¼	179	160	148	160	133	179	155	119	118	-3,9	10
¼  --- ½	238	212	306	288	358	295	293	309	228	1,5	-
Até ½	418	373	454	448	490	473	448	428	346	-0,5	-

FONTE: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2007, acrescidos dos anos de 2008 e 2009

NOTA: Elaboração da ASE/IAPAR.

(1) Corresponde ao conjunto dos integrantes do núcleo familiar básico mais a pessoa agregada, conforme especificação utilizada na PNAD.

(2) Valores atualizados pelo INPC - IBGE de setembro de 2009.

(3) Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log - linear contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados, indicados pelo nível de significância do teste t (5%, 10% e 20%, conforme apresentado na tabela).

## 5 EVOLUÇÃO DA PEA RURAL PARANAENSE QUANTO À POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Em termos gerais, considerando-se a evolução da população das diversas categorias de ocupação do trabalho principal da área rural do Estado do Paraná, tem-se que as distinções mais expressivas foram: a) a participação relativa numericamente irrisória das categorias Empregador e Doméstico com Carteira de Trabalho (CT) assinada; b) o descenso mais acentuado da participação relativa da categoria Trabalhador não remunerado; e, c) a expansão das categorias do Empregado com CT assinada e do Produtor para o próprio consumo (tabela 6).

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO RURAL OCUPADA DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO SUBGRUPOS DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO - 2001-2009

SETOR DE ATIVIDADE/ POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO										TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO <sup>(1)</sup> (%)	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE <sup>(1)</sup> t <sub>r</sub> (%)
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009			
TOTAL <sup>(2)</sup>	0,113	0,125	0,133	0,131	0,154	0,145	0,156	0,194	0,174	0,147	5,9	5
Empregado com CT assinada <sup>(3)</sup>	0,125	0,111	0,121	0,134	0,114	0,120	0,121	0,132	0,147	0,174	1,8	20
Empregado sem CT assinada	0,007	0,016	0,008	0,012	0,013	0,008	0,009	0,018	0,019	0,019	7,5	20
Doméstico com CT assinada	0,029	0,034	0,029	0,031	0,032	0,031	0,032	0,039	0,039	0,039	3,1	5
Doméstico sem CT assinada	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	-	-
Militar	0,014	0,019	0,019	0,019	0,015	0,023	0,026	0,016	0,022	0,022	3,9	20
Funcionário público estatutário	0,002	0,001	0,001	0,000	0,001	0,001	0,002	0,000	0,001	0,001	-5,6	5
Construtor para o próprio uso <sup>(4)</sup>	0,111	0,105	0,118	0,107	0,138	0,146	0,134	0,139	0,131	0,131	3,5	5
Produtor para o próprio consumo <sup>(5)</sup>	0,307	0,306	0,296	0,287	0,249	0,238	0,230	0,173	0,192	0,192	-6,9	5
Trabalhador não remunerado	0,275	0,272	0,258	0,255	0,264	0,261	0,270	0,270	0,258	0,258	-0,3	5
Conta-própria	0,018	0,011	0,016	0,023	0,022	0,025	0,019	0,018	0,017	0,017	2,5	-
Empregador												
Não agrícola												
Empregado com CT assinada	0,315	0,336	0,372	0,323	0,380	0,362	0,361	0,424	0,390	0,390	2,7	5
Empregado sem CT assinada	0,167	0,166	0,127	0,174	0,154	0,177	0,134	0,159	0,138	0,138	-1,3	-
Doméstico com CT assinada	0,034	0,070	0,039	0,052	0,049	0,031	0,034	0,059	0,062	0,062	1,8	-
Doméstico sem CT assinada	0,145	0,145	0,136	0,127	0,128	0,127	0,116	0,118	0,126	0,125	-2,3	5
Militar	0,000	0,000	0,000	0,003	0,000	0,000	0,000	0,002	0,000	0,000	-	-
Funcionário público estatutário	0,068	0,080	0,090	0,078	0,057	0,086	0,096	0,051	0,071	0,071	-1,5	-
Construtor para o próprio uso	0,009	0,006	0,003	0,002	0,002	0,003	0,009	0,001	0,002	0,002	-10,6	-
Trabalhador não remunerado	0,044	0,020	0,014	0,045	0,019	0,023	0,061	0,017	0,024	0,024	-1,2	-
Conta-própria	0,201	0,163	0,185	0,172	0,186	0,159	0,157	0,135	0,165	0,165	-2,9	10
Empregador	0,017	0,015	0,034	0,024	0,025	0,041	0,029	0,026	0,023	0,023	5,0	-
Agrícola												
Empregado com CT assinada	0,062	0,062	0,067	0,071	0,076	0,067	0,081	0,090	0,076	0,076	3,8	5
Empregado sem CT assinada	0,115	0,094	0,120	0,121	0,100	0,100	0,116	0,120	0,151	0,151	2,6	20
Doméstico com CT assinada	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	-	-
Doméstico sem CT assinada	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	-	-
Militar	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	-	-
Funcionário público estatutário	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	-	-
Produtor para o próprio consumo	0,138	0,137	0,150	0,141	0,185	0,199	0,184	0,201	0,190	0,190	5,4	5
Trabalhador não remunerado	0,272	0,392	0,373	0,364	0,327	0,316	0,292	0,244	0,269	0,269	-5,5	5
Conta-própria	0,393	0,305	0,278	0,281	0,290	0,298	0,278	0,331	0,300	0,300	1,1	20
Empregador	0,018	0,010	0,012	0,022	0,022	0,020	0,015	0,014	0,015	0,015	0,7	-

FONTE: FIBCE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2007, acrescidos dos anos de 2008 e 2009

NOTA: Elaboração da ASE/IAPAR.

(1) Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log - linear contra o tempo. Neste caso, o teste  $t$  revela a existência ou não de uma tendência nos dados, indicados pelo nível de significância do teste  $t$  (5%, 10% e 20%, conforme apresentado na tabela).

(2) Relativo à contagem da PEA atualmente em uso.

(3) CT - Carteira de Trabalho. As categorias de empregado e doméstico, até 2006, eram inquiridas/subdivididas apenas quanto à posse ou não de CT. A partir de 2007 esta subdivisão passou também a considerar assinatura do empregador na CT.

(4) Total de pessoas ocupadas ao menos uma hora por semana na construção de estrada privada, poço ou outra benfeitoria (exceto reforma) para seu uso, ou para uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

(5) Total de pessoas ocupadas ao menos uma hora por semana na agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou piscicultura para sua alimentação, ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

A categoria do Trabalhador não remunerado, que era a mais proeminente no início do período, teve sua participação relativa reduzida de 30,7%, em 2001, para 19,2%, em 2009, quando foi superada pela categoria do Conta-própria, cuja participação relativa, embora estagnada, foi majoritária ao longo do período em pauta.

O conjunto composto pelas categorias do Empregado com e sem CT assinada perfeitamente, em 2009, o grupamento de maior densidade populacional, seguido do conta própria.

No plano setorial, denota-se que a participação relativa da categoria do Empregado com CT assinada foi crescente, tanto nas atividades não agrícolas como na agricultura.

O Empregado com CT assinada tem sido a principal categoria no âmbito da PEA rural ocupada com atividade não agrícola, bem como a única categoria que apresentou crescimento na sua participação relativa no período em foco, o que indica que a tendência de avanço das ocupações não agrícolas no meio rural pode ter sido devida principalmente ao avanço dessa categoria de Empregado.

As demais categorias tiveram sua participação relativa estável (com indícios de redução) ou reduzida. Contudo, é necessário reconhecer que o mencionado avanço na participação relativa da categoria Empregado com CT assinada também contou com o decréscimo da participação relativa da categoria Conta-própria, que tem ocupado o segundo lugar quanto à importância relativa nesse setor de atividade, bem como com a diminuição da importância relativa da categoria Doméstico sem CT assinada, que no período em pauta foi a terceira categoria em importância relativa.

No âmbito das ocupações agrícolas a categoria do Empregado com CT assinada também apresentou crescimento, impacto, contudo, pouco significativo na dinâmica ocupacional desse setor de atividade em função de sua pequena participação relativa. Cresceu de modo expressivo a participação relativa do Produtor para o próprio consumo, que passou a figurar como a terceira categoria em importância relativa nesse ramo de atividade, perfazendo, em 2009, quase 1/5 do total do pessoal ocupado na agricultura paranaense.

A categoria do Conta-própria, embora ao final do período tenha sido a de maior importância relativa quanto ao número de pessoas ocupadas na agricultura, apresentou uma trajetória de variações esparsas e não consecutivas na sua tendência de crescimento. Assim, o genérico declínio do pessoal com ocupação agrícola na área rural paranaense pode ser atribuído à categoria do Trabalhador sem remuneração, a qual apresentou a maior taxa de redução na sua participação relativa. Essa categoria foi a que teve a maior participação relativa na maior parte do período, com cerca de 1/3 do total do pessoal com ocupação agrícola, sendo que em 2009 essa participação se aproximou para 1/4 do total.

Portanto, em termos da participação relativa quanto à posição na ocupação das pessoas, pode-se concluir que a nova ruralidade paranaense se caracterizou, por um lado, pela redução da informalidade na relação de emprego expressa no crescimento da categoria Empregado com CT assinada no contexto das ocupações não agrícolas. Por outro lado, verificou-se que a redução da população ocupada na agricultura não



se aplica de modo genérico no conjunto do pessoal com ocupação agrícola. Atesta isso a circunstância de que o acréscimo na participação relativa da categoria Produtor para o próprio consumo foi insuficiente para o deslocamento, ao final do período, da categoria do Trabalhador não remunerado para a segunda posição quanto à importância relativa.

A redução da expressão da categoria Trabalhador não remunerado também pode ser verificada em termos absolutos (tabela 7), podendo-se enfatizar que a conformação do “novo rural” paranaense tem sido caracterizada pela circunstância de que o expressivo crescimento da categoria Empregado com CT assinada no contexto não agrícola não compensou plenamente a redução ocorrida no conjunto composto pelas categorias do Trabalhador não remunerado e do Conta-própria vinculado à produção agrícola.

Ao final do período, a PEA rural ocupada no âmbito da área rural paranaense era composta majoritariamente pela categoria do Empregado (com e sem CT assinada), sobretudo nas ocupações não agrícolas. Em seguida, em ordem decrescente de importância, vêm as categorias do Conta-própria e a do Trabalhador não remunerado, devido principalmente à ampla participação dessas categorias no âmbito das ocupações agrícolas. Tal composição esteve associada à tendência de redução na relação informal de emprego e à diminuição da população que trabalha sem remuneração.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DA PEA RURAL OCUPADA DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO - 2001-2009

SETOR DE ATIVIDADE/ POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	EVOLUÇÃO DA PEA RURAL OCUPADA (milhões de pessoas)										TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO <sup>(1)</sup> (%)	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE $t_{1-t}$ (%)
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009			
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009			
TOTAL <sup>(2)</sup>	1.037	999	1.010	991	1.011	999	957	952	901		-1,3	5
Empregado com CT assinada <sup>(3)</sup>	117	125	134	130	155	145	150	184	157		4,5	5
Empregado sem CT assinada	130	110	123	133	115	120	116	126	132		0,4	
Doméstico com CT assinada	7	16	8	12	13	8	9	17	17		6,0	
Doméstico sem CT assinada	30	34	29	30	33	31	30	37	35		1,7	20
Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0		-	
Funcionário público estatutário	14	19	19	19	15	23	25	15	20		2,5	
Construtor para o próprio uso <sup>(4)</sup>	2	1	1	0	1	1	2	0	1		-6,9	
Produtor para o próprio consumo <sup>(5)</sup>	115	105	119	107	139	146	129	132	118		2,1	20
Trabalhador não remunerado	318	306	299	285	251	238	220	165	173		-8,1	5
Conta-própria	285	271	261	253	267	261	259	257	232		-1,6	5
Empregador	19	11	16	22	23	25	18	17	15		1,2	
Não agrícola	207	232	216	237	258	264	256	295	282		4,1	5
Empregado com CT assinada	65	78	80	77	98	96	92	125	110		6,9	5
Empregado sem CT assinada	35	38	28	41	40	47	34	47	39		2,8	
Doméstico com CT assinada	7	16	8	12	13	8	9	17	17		6,0	
Doméstico sem CT assinada	30	34	29	30	33	31	30	37	35		1,7	20
Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0		-	
Funcionário público estatutário	14	19	19	19	15	23	25	15	20		2,5	
Construtor para o próprio uso	2	1	1	0	1	1	2	0	1		-6,9	
Trabalhador não remunerado	9	5	3	11	5	6	16	5	7		2,9	
Conta-própria	42	38	40	41	48	42	40	40	47		1,1	
Empregador	4	4	7	6	6	11	7	8	6		9,3	10
Agrícola	830	767	794	754	753	734	701	656	619		-3,1	5
Empregado com CT assinada	52	47	54	54	57	49	57	59	47		0,5	
Empregado sem CT assinada	96	72	95	91	75	73	82	79	93		-0,6	
Doméstico com CT assinada	0	0	0	0	0	0	0	0	0		-	
Doméstico sem CT assinada	0	0	0	0	0	0	0	0	0		-	
Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0		-	
Funcionário público estatutário	0	0	0	0	0	0	0	0	0		-	
Produtor para o próprio consumo	115	105	119	107	139	146	129	132	118		2,1	20
Trabalhador não remunerado	309	301	296	274	246	232	204	160	166		-8,4	5
Conta-própria	243	234	221	217	219	219	218	218	186		-2,1	5
Empregador	15	8	9	9	16	14	11	9	9		-2,4	

Fonte: FIBCE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2007, acrescidos dos anos de 2008 e 2009

Nota: Elaboração da ASE/APPAR.

(1) Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log - linear contra o tempo. Neste caso, o teste  $t$  revela a existência ou não de uma tendência nos dados, indicados pelo nível de significância do teste  $t$  (5%, 10% e 20%, conforme apresentado na tabela).

(2) Relativo à contagem da PEA atualmente em uso.

(3) CT - Carteira de Trabalho. As categorias de empregado e doméstico, até 2006, eram subdivididas apenas quanto à posse ou não de CT. A partir de 2007 esta subdivisão passou também a considerar assinatura do empregador na CT.

(4) Total de pessoas ocupadas ao menos uma hora por semana na construção de estrada privada, poço ou outra benfeitoria (exceto reforma) para seu uso, ou para uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

(5) Total de pessoas ocupadas ao menos uma hora por semana na agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou piscicultura para sua alimentação, ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

## 6 COMPOSIÇÃO OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES COMERCIAIS: cenário tendencial

O exame da evolução da população residente nas áreas rurais do território brasileiro no período de 2001 a 2009, corroborando as estimativas de estudos anteriores do Projeto Rurbano, indicou que a magnitude dessa população continuou a oscilar de modo esparso em torno de uma trajetória de estagnação.

Desse modo, ao contrário do que se verificou no passado, quando o meio rural predominava quase absolutamente, no novo perfil da ruralidade o conjunto constituído pelas pessoas engajadas em atividade comercial não agrícola tende a ser, em futuro próximo, o segmento dominante da dinâmica da ocupação e rendimento das pessoas no meio rural, bem como da evolução da população rural, conforme ilustrado pelos gráficos 1 a 6 do Apêndice.

A gradativa perda de importância numérica do pessoal ocupado na agricultura para a população rural não advém apenas da diminuição absoluta da PEA rural ocupada na agricultura mercantil.

Nessa dinâmica também tem papel de destaque o que ocorre no âmbito da população urbana ocupada na agricultura. Atesta isto o fato de que o decréscimo no total do pessoal ocupado na agricultura no âmbito da União originou-se basicamente da redução da PEA rural ocupada na agricultura, uma vez que a PEA urbana ocupada na agricultura se manteve praticamente estável no período em foco (tabela 8).

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NA AGRICULTURA DO BRASIL E NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E PARANÁ, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, E TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO - 2001-2009

SETOR DE ATIVIDADE	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA (milhões de pessoas)									TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO <sup>(1)</sup> (%)	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE <sup>(1)</sup> t (%)
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009		
Brasil <sup>(2)</sup>	15.704	16.353	16.650	16.555	16.906	16.331	15.614	15.305	14.838	-0,9	20
Urbana	4.535	4.972	5.227	5.256	5.272	5.123	4.748	4.818	4.717	-0,3	-
Rural	11.169	11.381	11.423	11.299	11.634	11.207	10.866	10.488	10.121	-1,2	5
São Paulo	951	978	974	1.013	1.018	998	976	1.034	955	0,3	-
Urbana	507	629	630	659	659	665	636	695	656	2,3	10
Rural	444	349	344	353	359	333	339	340	299	-2,9	5
Paraná	1.148	1.086	1.145	1.104	1.089	1.056	975	949	851	-3,2	5
Urbana	318	318	350	350	336	322	274	293	232	-3,4	5
Rural	830	767	794	754	753	734	701	656	619	-3,1	5

FONTE: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2007, acrescidos dos anos de 2008 e 2009

NOTA: Elaboração da ASE/IAPAR.

(1) Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log - linear contra o tempo. Neste caso, o teste *t* revela a existência ou não de uma tendência nos dados, indicados pelo nível de significância do teste *t* (5%, 10% e 20%, conforme apresentado na tabela).

(2) Relativo à contagem da PEA atualmente em uso. Afóra as áreas rurais dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Tal situação, ou perfil da nova ruralidade, tem sido mais acentuada em São Paulo, onde o aumento da população urbana ocupada na agricultura compensou a redução da PEA rural com ocupação agrícola, propiciando a estabilidade do total do pessoal com ocupação na agricultura.

Realça essa dinâmica de urbanização do pessoal ocupado na agricultura o fato de que, em 2009, a PEA urbana paulista ocupada na agricultura já perfazia pouco mais que o dobro de sua PEA rural ocupada na agricultura.

Ao final do período em pauta, o total da PEA urbana paulista com ocupação agrícola também já era maior que o total da PEA rural paranaense com ocupação agrícola. Diferentemente do evidenciado para o Estado de São Paulo, no Paraná a PEA rural ocupada na agricultura, em 2009, era cerca de 2,7 vezes maior que a PEA urbana também ocupada na agricultura.

## CONCLUSÃO

Em comum à inusitada demografia da última década do século passado, tem-se que a atual ruralidade também é demarcada pela continuidade da expansão da PEA rural ocupada em atividade comercial não agrícola e pela retração da PEA ocupada na agricultura mercantil. Do mesmo modo, a nova ruralidade paranaense também se caracteriza pela redução de sua população em razão do declínio na quantidade do pessoal ocupado na agricultura mercantil.

No contexto do rendimento da população rural, essa nova ruralidade apresenta um perfil relativamente mais expressivo que aquele passível de ser captado no plano ocupacional. A participação relativa da porção não agrícola na PEA rural ocupada em empreendimentos comerciais foi, em 2009, da ordem de 41,8%, enquanto perfez 37,1% no plano da ocupação.

A atual ruralidade também tem sido demarcada pelo decréscimo absoluto no total das pessoas da categoria do Trabalhador não remunerado e pelo crescimento no total de pessoas da categoria do Empregado com CT assinada e do Produtor para o próprio consumo. Assim, a nova ruralidade vem sendo caracterizada pela presença predominante do conjunto das categorias do Empregado e do Conta-própria, pela tendência de gradativa redução na informalidade na relação contratual de emprego e pela diminuição na população ocupada em trabalho não remunerado. Em complemento, a nova ruralidade paranaense também se diferenciou pelo “arrefecimento” da pobreza expresso pela acentuada redução absoluta e pela menor participação relativa da população em situação de extrema pobreza.

Prospectivamente, o que se vislumbra é a suplantação do domínio da agricultura na dinâmica da ocupação e do rendimento da população rural e, por conseguinte, a necessidade de uma readequação da atual agenda de iniciativas públicas de caráter nacional, muito embora permaneça o requisito de inclusão de ações mediadoras de cunho local, tal como sugerem as especificidades das dinâmicas da área rural paranaense e paulista.

Porém, ainda é necessário um exame mais pormenorizado do perfil da nova ruralidade, pelo menos é o que se deduz ao se reconhecer como plausível a associação entre a diminuição do pessoal ocupado na agricultura e a modernização da base técnica de produção. Notadamente, em função da incidência desigual da modernização da base técnica quanto ao tipo de estabelecimento, à pauta de produção, ao elenco dos trabalhos agrários e, ainda, quanto à modalidade de ocupação da pessoa. Isso é particularmente relevante para o Estado do Paraná, que tem sido palco privilegiado da modernização da base técnica de produção e da terceirização dos trabalhos agrários, bem como de sucessivos recordes de safras na presente década.

Desse modo, tornam-se relevantes iniciativas que visem a uma caracterização mais pormenorizada da dinâmica da PEA rural tendo-se em conta, por exemplo, a descrição da variação da PEA rural ocupada na agricultura no plano das principais lavouras ou tipo de empreendimento agropecuário, entre outros.

Em termos gerais, tais iniciativas poderão aportar subsídios mais objetivos ao delineamento de ações públicas dirigidas à melhoria e desenvolvimento do meio rural. Em específico também poderiam contribuir efetivamente para melhor se referenciar o delineamento de ações de diagnóstico de demandas de P&D e de validação de inovações tecnológicas para a agropecuária paranaense e brasileira. Enfim, a temática de pesquisa que mobilizou a organização do Projeto Rurbano continua sendo relevante tanto para o Programa Sistema de Produção (PSP), como para a Área Técnica de Socioeconomia (ASE), do IAPAR.

## REFERÊNCIAS

- BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E.; TAKAGI, M. O Programa Cartão Alimentação (PCA) em números: balanço de sua implementação e contribuição para as políticas públicas. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v.44, n.14, p.81-97, 2004.
- BAZOTTI, A.; NAZARENO, L. R.; CINTRA, A. P. U. Um ensaio sobre as famílias agrícolas paranaenses a partir das PNADs 1992, 1998, 2005 e 2007. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.117, p.123-145, 2009.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: Incorporando a noção de desenvolvimento local. In: ENCONTROS DE SOCIALIZAÇÃO DOS CONCEITOS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER), 1., 2005, Curitiba. **Anais...** Curitiba: MDA, 2005.
- DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. 1999. 229f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. **Parcerias Estratégicas**, Brasília: SAE, n.22, p.201-216, 2006.
- FAVARETO, A.; ABRAMOVAY, R. **O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990**. Santiago: RIMISP, 2009. (Documento de Trabajo, 32)

- HOFFMAN, R. **Estatística para economistas**. São Paulo: Pioneira, 1980. 379p.
- HOFFMANN, R. Quatro tipos de testes de hipóteses com os dados das PNADs. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. (Ed.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v.1, p.137-156.
- LAURENTI, A. C. A evolução do rendimento das pessoas na nova ruralidade brasileira. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010. 1 CD.
- LAURENTI, A. C. **Terceirização na produção agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola**. Londrina: IAPAR, 2000a. 201p.
- LAURENTI, A. C. Terceirização dos trabalhos agrários e o “novo rural”. In: OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA, 1., 2000, Londrina. **Anais...** Londrina: IAPAR, 2000b. p.1-34.
- LAURENTI, A. C.; DEL GROSSI, M. E. A nova ruralidade brasileira e os desafios para o reajuste da P&D para a agropecuária. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.
- MATTEI, L. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. 202p. (NEAD Estudos, 12)
- NEDER, H. D. A utilização estatística das informações das PNADs: testes de hipóteses e reamostragem. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. (Ed.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v.1. p.101-136.
- OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA, 1., 2000, Londrina. **Anais...** Londrina: IAPAR, 2000. 205p.
- SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E. Notas metodológicas. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. (Ed.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v.1, p.157-190.
- SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v.15, n.43, p.37-50, 2001.
- SILVA, M. C. Transformações recentes no mercado de trabalho paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.115, p.79-100, 2008.

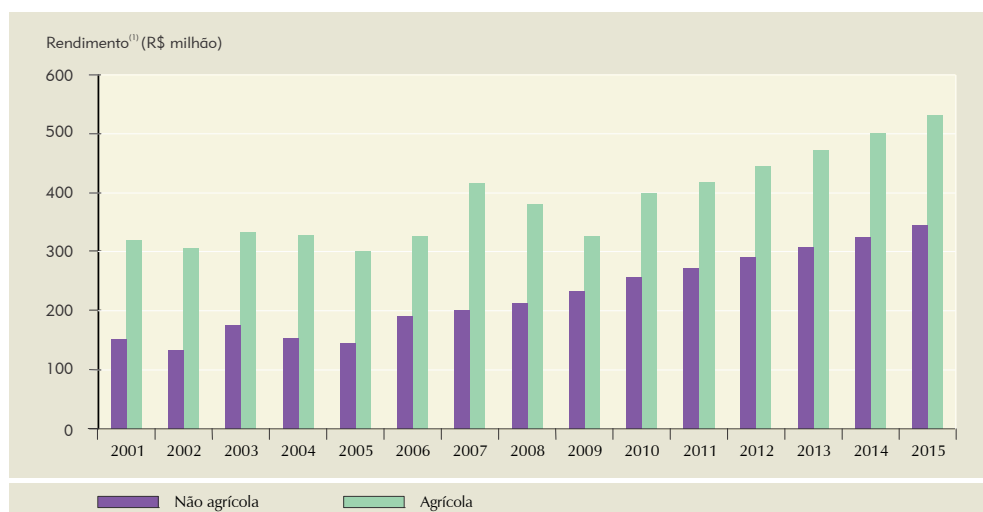
## APÊNDICE

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO RURAL OCUPADA, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE COMERCIAL NO ESTADO DO PARANÁ - 2001-2009 E PROJEÇÃO 2010-2015



FONTE: Microdados da PNAD de 2001 a 2009  
 NOTA: Tabulação IAPAR/ASE, julho de 2011.

GRÁFICO 2 - RENDIMENTO MENSAL DE TODAS AS FONTES DA POPULAÇÃO RURAL OCUPADA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE COMERCIAL NO ESTADO DO PARANÁ - 2001-2009 E PROJEÇÃO 2010-2015



FONTE: Microdados da PNAD de 2001 a 2009  
 NOTA: Tabulação IAPAR/ASE, julho de 2011.  
 (1) R\$ de setembro de 2009.

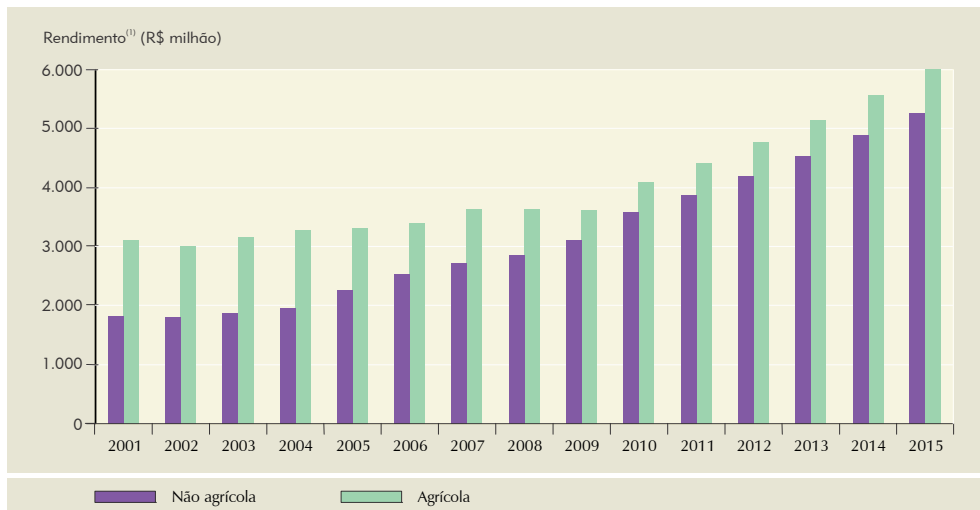
GRÁFICO 3 - POPULAÇÃO RURAL OCUPADA BRASILEIRA, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE COMERCIAL - 2001-2009 E PROJEÇÃO 2009-2015



FONTE: Microdados da PNAD de 2001 a 2009

NOTA: Tabulação IAPAR/ASE, julho de 2011.

GRÁFICO 4 - RENDIMENTO MENSAL DE TODAS AS FONTES DA POPULAÇÃO RURAL OCUPADA BRASILEIRA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE COMERCIAL 2001-2009 E PROJEÇÃO 2010-2015



FONTE: Microdados da PNAD de 2001 a 2009

NOTA: Tabulação IAPAR/ASE, julho de 2011.

(1) R\$ de setembro de 2009.



GRÁFICO 5 - POPULAÇÃO RURAL OCUPADA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE COMERCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2001-2009 E PROJEÇÃO 2010-2015



FONTE: Microdados da PNAD de 2001 a 2009

NOTA: Tabulação IAPAR/ASE, julho de 2011.

GRÁFICO 6 - RENDIMENTO MENSAL DE TODAS AS FONTES DA POPULAÇÃO RURAL OCUPADA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE COMERCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2001-2009 E PROJEÇÃO 2010-2015



FONTE: Microdados da PNAD de 2001 a 2009

NOTA: Tabulação IAPAR/ASE, julho de 2011.

(1) R\$ de setembro de 2009.

